

OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa
nº 9, ano VII • 2008
ISSN 1808-0235



Fundação Universitária
José Bonifácio



CCJE/UFRJ



UFRJ

ie.

Integração sul-americana: uma visão a partir da experiência com a Bolívia

RICARDO PIEDRAS | piedrasrj@yahoo.com.br
Economista pelo IE/UFRJ.

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo,
qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.”
Chico Xavier

Esta comunicação pretende expor um ponto de vista particular sobre a integração regional, a partir da experiência profissional do autor em um dos principais projetos em execução na América do Sul, o Gasoduto Bolívia-Brasil. As mudanças recentes no cenário político boliviano e o crescimento da importância do gás natural boliviano para o Brasil nos últimos anos tornam a análise da relação entre os dois países algo fundamental ao olharmos para o futuro da região e as possibilidades de integração.

A integração e a relação Bolívia-Brasil

A integração física, cultural e econômica dos países sul-americanos é algo sonhado por muitos e há muito tempo. Os anseios bolivarianos, datados das primeiras décadas do século XIX, hoje servem de inspiração para governantes da região que se dizem a favor da integração e cooperação entre os povos.

Muitos projetos estão sendo estudados, e alguns estão mesmo em implantação, fazendo parecer que o sonho da integração entre os povos, já bicentenário, começa a sair do papel para a realidade.

Os maiores projetos neste sentido, sem dúvida alguma, foram capitaneados pelo Brasil, tendo como parceiros o Paraguai, com a Hidrelétrica de Itaipu, e a Bolívia, com o “Gasbol”- Gasoduto Bolívia-Brasil. O espírito por trás de ambos projetos foi mais pragmático do que idealista, a busca por fontes de energia. Cabe diferenciar a formatação de cada projeto. Para Itaipu, foi desenhado um esquema que garantiu a viabilidade do projeto enquanto negócio, através do mercado consumidor, com a garantia da compra da energia pela Eletrobras, e da venda desta para o mercado, a preço suficiente para remunerar os investimentos. Para o Gasbol, o esquema de garantias parou na Petrobras, não havendo garantias de repasse total dos custos ao mercado consumidor, além disso muitas outras empresas multinacionais se envolveram no projeto, garantindo lucro sem risco (na verdade, risco Petrobras).

No caso boliviano, diz-se também que havia no final dos anos 80 uma pressão do governo dos EUA, para que fosse oferecida uma alternativa à economia boliviana, em detrimento das plantações de coca e refino de cocaína. Mas independente disto, o interesse brasileiro no gás boliviano é legítimo (autônomo), pois remonta à década de 30, quando o primeiro governo Vargas, antes da II Guerra Mundial, iniciou conversações com o governo boliviano sobre o fornecimento de gás natural ao Brasil.

Após sucessivas discussões, finalmente em 1992 foi firmado um acordo vinculante entre os dois países. Neste acordo foram definidas as condições base que deveriam figurar no contrato provisório entre a Petrobras e a YPFB, celebrado no mesmo ano. O primeiro contrato provisório foi firmado em 1993, tendo sido alterado e reescrito em 1996, mantendo as condições base do acordo de 1992. O ano de 1996 foi também o da celebração do acordo entre os países referente à construção do gasoduto, e também o ano do início das obras.

Em 1999, quando a primeira etapa da construção do gasoduto é concluída, foi iniciado o fornecimento comercial do gás natural boliviano ao mercado brasileiro. Fornecimento este previsto para ocorrer até 2019, de acordo com uma rampa de consumo prevista em contrato.

O início do fornecimento de gás natural ao Brasil foi providencial para a Bolívia. A Argentina, tradicional importadora do gás boliviano mesmo em períodos que tinha capacidade de produção excedente, estava parando de importar o energético da Bolívia. Esta então perderia uma importante fonte de divisas caso o projeto de integração energética com o Brasil não houvesse sido posto em marcha. É importante destacar que o fornecimento à Argentina era mais acanhado, nunca tendo ultrapassado 8 milhões de metros cúbicos por dia. O fornecimento ao Brasil foi desenhado inicialmente para chegar a 16 milhões de metros cúbicos por dia.

Em 2000, com a iminência da crise de fornecimento de energia elétrica no Brasil, que veio a ocorrer no ano 2001, a Petrobras, seguindo ordens do governo brasileiro, providenciou a contratação de quantidade adicional de gás natural, conforme dispositivo existente no contrato com a Bolívia. Este gás teria como destino as usinas termelétricas a gás natural, que estavam sendo construídas sob incentivo do governo federal. Mais uma vez os negócios foram feitos sem risco, com a garantia da Petrobras, sem a criação de mecanismos de repasse dos riscos para o mercado.

A outra grande relação entre a Bolívia e o Brasil se dá no agronegócio, principalmente o cultivo de soja, que se constitui na principal atividade econômica do Departamento de Santa Cruz, conhecido como o mais rico, onde está baseada a maior oposição ao governo Evo Morales e o que tem a maior relação com o Brasil.

Breves comentários sobre a economia Boliviana

Apenas para contextualizar, segue um breve apanhado da história econômica da Bolívia desde a chegada dos espanhóis, tendo como base o setor extrativista.

A primeira grande riqueza material encontrada em território boliviano foi a prata, explorada principalmente em Potosí ao longo do século XVII. Praticamente toda a prata foi extraída da Bolívia, sem que nenhum benefício tenha resultado para o seu povo. Na verdade resultou apenas em sofrimento, visto que as condições de trabalho nas minas eram por demais precárias, tendo levado a vida de milhares de indígenas.

No século XIX, em uma Bolívia já independente, foram descobertas na Europa as propriedades fertilizantes do salitre (mineral) e do guano (excremento de pássaros), o que serviu como uma salvação para as terras européias empobrecidas após séculos de cultivo.

Na segunda metade do século XIX, por razões que não serão exploradas aqui, a Bolívia perdeu em guerra grande parcela de seu território para o Chile, e com ela seu acesso ao mar e as preciosas reservas de salitre e guano. Já no século XX, foi nesse território que o Chile descobriu e produz a maior parte de seus minérios, principalmente o cobre.

Na virada do século XIX para o século XX, o desenvolvimento da indústria da borracha tornou atraente um produto até então sem valor comercial, o látex extraído da casca da seringueira. Nesta ocasião, após a Bolívia perder o controle da parte norte

do seu território (atual Estado do Acre) para os seringueiros brasileiros, o governo brasileiro comprou esse território da Bolívia¹.

No século XX, a Bolívia deteve ainda participação destacada na produção de outro recurso mineral: o estanho, do qual foi o maior produtor por muitos anos. Este recurso também foi avidamente explorado, até que novas minas fossem descobertas e seu preço despencasse no mercado mundial. Novamente o povo boliviano não percebeu nenhum benefício relevante².

Aparentemente, as últimas grandes riquezas minerais que conferem algum destaque à Bolívia foram o minério de ferro e o gás natural.

Indústria petrolífera na Bolívia

A exploração comercial de petróleo e gás natural na Bolívia começou anos antes do que no Brasil, tendo ocorrido uma primeira nacionalização na indústria petrolífera em 1937, após a criação no ano anterior da YPFB – *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*, tendo como alvo os ativos da *Standard Oil* na Bolívia. A YPFB foi constituída e desenvolvida como a Petrobras, uma empresa de petróleo integrada, “do poço ao posto”, tendo ativos em exploração e produção, refino, transporte, armazenagem, distribuição e varejo. A partir da década de 50 a Bolívia se converteu de importador em um país exportador de petróleo.

Apesar de sua antiguidade, as reservas bolivianas de petróleo e gás, até o início da década de 1990, não passavam de uma grande promessa, tendo sido suficientes apenas para suprir as necessidades domésticas (baixas) e garantir a exportação de uma pequena quantidade de petróleo à diversos países e de gás natural à Argentina.

No rastro da assinatura dos contratos de fornecimento de gás com a Petrobras (1993) e de construção do Gasbol (1996), e sob governos de orientação neoliberal, a Bolívia começou a implementar uma série de reformas em sua indústria petrolífera. Notadamente os processos de privatização e capitalização.

Através da privatização as duas principais refinarias foram vendidas à Petrobras e alguns ativos de transporte e os ativos de armazenagem constituíram a CLHB – *Compañía Logística de Hidrocarburos Boliviana*, comprada por um consórcio alemão-peruano.

As atividades de exploração e produção foram divididas entre duas empresas: Andina, capitalizada pela espanhola Repsol; e Chaco, capitalizada pela argentina *Pan American Energy*³ (PAE), uma empresa coligada à *major* inglesa *British Petroleum*.

As demais atividades de transporte formaram a empresa Transredes, capitalizada por um consórcio constituído principalmente pela finada Enron, estadunidense.

A capitalização foi uma privatização parcial, tendo as empresas privadas assumido apenas o controle das companhias (entre 50%+1 e 65% das ações), e a participação restante foi constituída em espécies de fundos de pensão em benefício do povo boliviano. O espanhol *Banco Santander Central Hispano* (BSCH⁴) foi vencedor da licitação internacional para administração dos fundos de pensão.

O novo marco regulatório alterou ainda a cobrança de royalties e participações, diferenciando os campos produtores em antigos (sobre os quais o governo ficava com 50% do valor da produção) e campos novos (sobre os quais o governo ficava com 18% da produção). Uma justa crítica foi a reclassificação de diversos campos antigos para novos, beneficiando as empresas capitalizadoras (Repsol e Pan American Energy).

Após a assinatura dos acordos com o Brasil e da celebração do contrato entre YPFB e Petrobras, e também após este processo de privatização-capitalização, a atividade petrolífera na Bolívia teve um desenvolvimento muito grande. Três campos gigantes de gás natural foram descobertos: *San Alberto* (SAL), *San Antonio* (SAN) e *Margarita*, em ordem cronológica. Os dois primeiros campos foram descobertos pelo consórcio formado por Andina, Petrobras e a francesa Total, o terceiro campo foi descoberto pelo consórcio formado por Repsol, a inglesa BG e a argentina PAE.

A versão oficial conta que os megacampos SAL e SAN foram descobertos após a privatização-capitalização, nos anos de 1998 e 1999, respectivamente. No entanto, há uma versão⁵ na Bolívia que conta que os descobrimentos, ao menos o de *San Alberto*, teriam sido realizados ainda pela YPFB, e reembalados como blocos promissores na privatização.

Em prol desta versão, argumenta-se que a construção do Gasbol não teria sido iniciada sem que houvesse reservas comprovadas em tamanho suficiente para garantir o cumprimento integral do contrato de fornecimento. Que não haveria financiamento para a construção do gasoduto se não houvesse garantias da existência do gás necessário para o cumprimento dos contratos. É afirmado então que o poço descobri-

1 Ver “Tratado de permuta de Territórios e outras Compensações (Tratado de Petropólis)” – http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_11_927.htm

2 Neste caso o grande beneficiado foi Simon Patino, que se tornou o homem mais rico da Bolívia e nunca investiu na cadeia de suprimento para suas minas (pregos ou dinamite) ou no beneficiamento de estanho na Bolívia.

3 Sociedade entre a British Petroleum e a argentina Bidas.

4 Não confundir com o anagrama HSBC, do banco inglês Hong Kong and Shanghai Banking Corporation

5 Ver página 7, <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/430771.pdf>

dor de San Alberto haveria sido fechado e sua descoberta oficial postergada para outro momento. A crítica nacionalista na Bolívia a este suposto acontecimento decorre do fato de que assim, a Repsol teria tido a garantia de estar adquirindo um bom ativo (Andina), pagando o preço baixo de uma possibilidade (risco), e não o alto preço de uma certeza. Da mesma forma a Petrobras e a Total, quando formaram o consórcio para exploração do bloco em que o campo de San Alberto foi descoberto, teriam tido a garantia de adquirir um bom ativo sem pagar o preço justo.

Um outro ponto controverso para os bolivianos é que este processo de reformas foi iniciado no governo Gonzalo Sánchez de Losada, um boliviano com cidadania estadunidense, ou o contrário. Pode-se dizer que este governo foi para os bolivianos o que foram os governos Collor e FHC para o Brasil, ou o governo Menem para a Argentina: liberalização e privatização, reformas liberais, “modernizadoras”. Com a diferença que no Brasil e na Argentina, o povo ainda experimentou alguns períodos de melhoria na qualidade de vida.

Sánchez de Losada ainda foi eleito uma segunda vez em 2002⁶, quando Evo Morales concorreu pela primeira vez à Presidência da Bolívia. Em 2003, após mergulhar o país em uma situação de quase guerra-civil⁷, Sánchez de Losada abandonou o país e fugiu para os Estados Unidos. Foi substituído pelo seu vice, Carlos Mesa.

Em maio de 2005, nos últimos dias do governo de Carlos Mesa, vice de Sánchez de Losada, foi promulgada a Nova Lei de Hidrocarbonetos, que promoveu uma reforma *anti-neoliberal*, aumentando a participação do governo na renda petrolífera e prometendo uma reestruturação do setor, com a volta da ação governamental através da YPFB, mantida até então como empresa de gestão de contratos (como o contrato de fornecimento de gás ao Brasil). O governo Mesa foi se enfraquecendo até se encontrar isolado, sem o apoio dos empresários (que consideravam que havia cedido às pressões dos movimentos sociais) e nem dos movimentos sociais (que consideravam que havia cedido às pressões das elites oligárquicas). Carlos Mesa renunciou sob argumento de que não iria usar as Forças Armadas para controlar o país. Após um período de intensa convulsão social, o presidente do Judiciário, Eduardo Rodríguez, assumiu a presidência e conduziu o país até as eleições presidenciais que ocorreriam no final de 2005 e que acabariam por eleger Evo Morales.

6 Essa eleição pode ser acompanhada no excelente documentário “Bolívia: História de Uma Crise”

7 As revoltas começaram com o anúncio de um novo projeto de aplicação de impostos sobre os salários e com a privatização dos serviços de fornecimento de água na região de Cochabamba, tendo chegado ao ápice após a divulgação do projeto de exportar gás natural liquefeito através de portos chilenos.

As relações com o Brasil e a Petrobras no governo Morales

Em 2005, o líder do *Movimiento ao Socialismo* (MAS), o indígena Evo Morales, foi eleito com ampla maioria de votos, um fato novo na história política da Bolívia. Novo tanto pela ampla maioria, quanto pelo fato de ser indígena.

Foi nesta época que comecei a trabalhar na Petrobras na área que administra o contrato de importação de gás natural boliviano.

Evo Morales tomou posse em fevereiro de 2006. Sua campanha foi pautada por discursos nacionalistas, de resgate da dignidade do povo e por promessas de resgate da soberania do povo nas decisões sobre os rumos do país. Durante a campanha, Morales recebeu um apoio muito forte do presidente venezuelano Hugo Chávez, com quem se alinhou tão logo tomou posse.

Muitas vezes esses discursos já demonstravam uma visão sobre a Petrobras, e o Brasil, que não poderiam ser vistas como “positivas”. Geralmente não havia diferença entre a Petrobras e as demais empresas estrangeiras presentes na Bolívia, e quando havia, a Petrobras era colocada em posição ainda pior do que as outras⁸.

No início de 2006 o governo Lula começou a formular um grande acordo binacional que se estenderia pelas áreas do gás natural, petroquímica, agrícola, energia hidroelétrica e termoelétrica, financiamento a investimentos, capacitação profissional, transferência de tecnologia, entre outros. Estariam envolvidas Petrobras, Eletrobrás, BNDES, Embrapa, Banco do Brasil, bem como empresas privadas seriam convidadas a participar das mesas. Ao longo do mês de fevereiro de 2006 o governo brasileiro foi perdendo interlocução junto ao governo boliviano. Por duas vezes havia sido marcada uma reunião em La Paz para apresentar e discutir o acordo. Por duas vezes foi adiada. Por fim foi marcada uma reunião para a semana do carnaval, logo remarcada para a semana seguinte. Após nova desmarcação, o governo brasileiro foi perdendo interlocução junto ao governo boliviano ao longo do mês de março e a proposta de acordo não foi sequer apresentada.

Logo após, no mês de abril, os governos da Bolívia, Venezuela e Cuba assinaram um amplo acordo⁹, tornando clara a opção de aliança estratégica feita pelo governo Morales, o Brasil estava relegado a segundo plano.

8 Isto pode ser percebido claramente nos discursos do primeiro Ministro de Hidrocarbonetos do governo Morales, Andrés Soliz Rada, primeiro condutor do atual processo de nacionalização dos hidrocarbonetos.

9 Ver texto original em <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2006/esp/f290406e.html>

Em primeiro de maio de 2006, aproveitando a celebração do Dia do Trabalho, o governo Morales anunciou a (terceira) nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia. Integrantes do governo e do congresso entraram em unidades de produção de gás natural e petróleo, com o apoio das Forças Armadas, e anunciaram o Decreto Supremo que instituiu novas regras, em acordo com a Nova Lei de Hidrocarbonetos promulgada em 2005. Este decreto foi chamado de *Heroes del Chaco*, em homenagem aos combatentes bolivianos mortos na guerra em que a Bolívia perdeu parte de seu território para o Paraguai.

Tendo em vista que se tratam de nações amigas, e a ação envolvia ativos operados por uma empresa controlada pelo governo brasileiro, talvez este esperasse que qualquer movimento fosse ao menos comunicado. Mas o governo brasileiro foi surpreendido, pois as manobras do governo Morales não foram acordadas ou previamente comunicadas.

Pode-se afirmar que, do ponto de vista prático, o uso de tropas militares para entrar e cercar unidades industriais operadas pela Petrobras era desnecessário¹⁰. Não haveria resistência por parte da empresa e nem dos empregados. No entanto, o governo brasileiro admitiu o ato como soberano por parte do governo boliviano, mesmo o uso de tropas militares, que foi apontado como uma ofensa por alguns setores no Brasil. Talvez neste momento a clara precedência de Hugo Chávez sobre Evo Morales tenha feito o governo brasileiro contemporizar, com medo de perder ainda mais sua influência na região e ser tachado de imperialista.

Ainda em maio de 2006, em Viena para participar da cúpula Europa-América Latina, Evo Morales afirmou que a Petrobras operava ilegalmente na Bolívia e que o Brasil havia recebido o Acre em troca de dois cavalos. As duas declarações, principalmente aquela sobre a Petrobras, foram o que precisava para que o governo brasileiro assumisse uma posição mais dura. Como resposta, Evo Morales recuou e disse que havia ocorrido apenas um mal-entendido, fomentado por meios de comunicação que procuravam a confrontação entre a Bolívia e o Brasil.

A situação atual

Apesar do alarde, o resultado dos movimentos do governo Morales na Bolívia não podem ser vistos como um grande sucesso.

10 Ao final, os militares garantiram a integridade das instalações quando uma massa de ex-funcionários da estatal YPF tentou entrar na refinaria de Cochabamba.

Por um lado houve aumento da participação governamental na renda petrolífera, inclusive com a volta da YPF como agente do setor.

Mas, por outro lado, o prometido aumento dos investimentos no setor não ocorreu. Com dois anos de governo, as promessas da Venezuela, Irã, China, Rússia dentre outros não resultaram em ações concretas. O Brasil, que poderia ser visto como o parceiro principal da Bolívia, pois possui empresa controlada pelo governo com pessoal, tecnologia e recursos financeiros para investir, levou tantas *caneladas* ao longo do processo que é realmente difícil tomar decisões de investimento sem parecer *mulher-de-malandro*.

Se analisarmos a situação do ponto de vista da demanda por gás natural, a falta de investimentos nos últimos dois anos é inexplicável. Até 2006, a Bolívia possuía reservas de gás por serem desenvolvidas, mas não possuía mercados para essas reservas, pois os investimentos para atender o contrato com o Brasil já haviam sido feitos. Em julho de 2006 foram assinados dois contratos com a Argentina: um de 6 meses e um de 20 anos, este com início do fornecimento para janeiro de 2007, com previsão de atingir 27,7 milhões de metros cúbicos por dia. Este segundo contrato conta com um preço do gás natural um pouco maior do que o exportado para o Brasil. Como se justifica a falta de investimentos na produção e transporte de gás natural na Bolívia, mesmo sob o ponto de vista do mercado (excluindo a Petrobras)? Citemos duas possibilidades, que não são mutuamente excludentes:

- a) Remuneração recebida pelas empresas inadequada frente os investimentos a serem realizados;
- b) Incerteza sobre a estabilidade das regras.

Em princípio, parece que a remuneração recebida pelas empresas seria suficiente para garantir a viabilidade dos investimentos, face o baixo custo de extração do gás boliviano. No entanto, tratando-se de empresas, teriam ainda de ser avaliadas as opções que as mesmas têm para investir em outros países, para verificar se a opção boliviana apresenta rentabilidade muito inferior ou não.

Por outro lado, pode ser que exista um movimento das petrolíferas que atuam na Bolívia de tentar pressionar o governo boliviano a negociar melhores condições para os investimentos a serem feitos. Neste ponto é importante ressaltar que melhores condições não necessariamente são condições vis para o povo boliviano.

Com relação às regras, o processo de mudança de regras na Bolívia ainda não foi concluído, existindo ainda muitas por serem definidas¹¹, além de permanecer a

11 Por exemplo, a alocação do gás proveniente de novos investimentos para o mercado interno, que é atendido a preços muito inferiores aos de exportação e possivelmente não remunerariam os custos de produção do gás natural.

dúvida sobre a manutenção das regras recém estabelecidas. Acredito ser natural que, durante um processo de transformações como esse que a Bolívia vem passando, as empresas privadas que possuem outras opções para investir optem por congelar os investimentos na Bolívia.

Tendo em vista que a Bolívia vende hoje cerca de 10 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural a menos do que poderia estar vendendo¹², fica difícil concordar que as coisas tenham sido conduzidas da forma mais benéfica para a Bolívia.

Os movimentos populares que derrubaram o governo de Sánchez de Losada e que acabaram por eleger Evo Morales são muito fortes e seguem ativos. Isto faz com que o governo Morales fique a maior parte do tempo com a faca no pescoço. Citemos como exemplo o ex-ministro Soliz Rada, quando era integrante do governo, vinham dele as declarações mais duras contra o Brasil (“imperialista”) e a Petrobras (“multinacional exploradora”). Fora do governo, Soliz Rada é um dos que acusam o governo Morales de ser “mole demais”. Soliz Rada, jornalista e advogado, não é líder de movimento popular, mas é bastante ouvido na Bolívia.

Diversas outras lideranças de esquerda se destacam, estando ora ao lado do governo, ora demandando ações mais duras. Dentre estas citamos Felipe Quispe, líder do *Movimiento Indígena Pachakuti*, e principal liderança ao lado de Evo Morales na derrubada do ex-presidente Sánchez de Losada. Outras organizações populares que se destacam nas manifestações de apoio e crítica ao governo Morales são a *Federación de Juntas Vecinales El Alto* (FEJUVE), e a *Central Obrera Boliviana* (COB). Enquanto o governista MAS e o MIP tem origem nas populações camponesas, a FEJUVE e o COB são organizações de origem urbana.

Uma característica atual das relações com a Bolívia é a grande pressão popular, que fica no encalço do governo boliviano nas negociações. Diz-se que em reuniões com o governo brasileiro, Evo Morales argumenta que a instabilidade política é grande e que se ele não atender as demandas populares seu governo pode ser derrubado como os demais governos recentes. Mas o governo boliviano também está na raiz desse problema, pois seu discurso está preso ao passado, e ele acaba alimentando o clamor popular por medidas de efeito, que mais massageiam o ego do que trazem melhorias reais.

Quando eu comecei a trabalhar com o gás natural boliviano, a Nova Lei de Hidrocarbonetos estava vigente há pouco mais de 4 meses. Sempre reconheci a legitimidade do movimento do povo boliviano para mudar as regras do jogo, que há vá-

rios séculos estiveram sempre contra eles. Quando então alguns colegas de trabalho diziam que os bolivianos não podiam mudar a regra do jogo, eu contra-argumentava que mudar as regras do jogo era algo normal no mundo, tanto no dito desenvolvido quanto no subdesenvolvido. Que essa história de regras perfeitamente estáveis é balela, contada por aqueles que se beneficiam de regras injustas para a maioria.

No entanto, há que se reconhecer que deve haver limites para a mudança de regras. As injustiças cometidas contra o povo boliviano ao longo de mais de 4 séculos não devem ser usadas como justificativas para que as regras que eram injustas para um lado, sejam alteradas para regras injustas para o outro lado¹³, sob risco de se perder todos os parceiros, de se perder a capacidade de construir pontes.

Há que se reconhecer também que as regras podem ser mudadas, mas há um momento em que elas têm de estar claramente estabelecidas. Para se fazer investimentos de longo prazo, uma condição fundamental é que se vislumbre razoável estabilidade nas regras, e isso não é conversa de financista, é de quem faz planejamento de longo prazo.

Após 2 anos no poder, o governo Morales não conseguiu nem uma coisa, nem outra. Demonstrou uma maior preocupação em atender os anseios do povo de resgate da sua auto-estima e dignidade, ao invés de balancear esse resgate com a efetividade de suas ações, convertendo investimentos na produção e transporte de gás natural em melhoria nas condições de vida do povo.

A Bolívia tem de decidir se deseja ter seus vizinhos como parceiros, especialmente o Brasil, ou se pretende apenas ser reparada moralmente por todas as injustiças que sofreu, independente de quem as tenha cometido.

Assim, peço licença a Chico Xavier para oferecer o melhor conselho que se pode dar aos bolivianos nesse momento: “embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”. O mesmo vale para a América Latina. Não devemos ficar amarrados ao nosso passado, o que não significa que devemos esquecê-lo, mas não podemos ficar olhando apenas para o retrovisor.

Cronologia do processo editorial

Recebimento da comunicação: 04-mai-2008 | **Envio ao avaliador:** 07-mai-2008 | **Recebimento da avaliação:** 12-mai-2008 | **Envio para revisão do autor:** 13-mai-2008 | **Recebimento da comunicação revisada:** 20-mai-2008 | **Aceite:** 21-mai-2008.

12 Considerando que ela não atende integralmente a demanda argentina e não atende no Brasil as demandas da termelétrica de Cuiabá e da BG/Comgás.

13 Principalmente se o outro lado não se beneficiou das injustiças do passado.